

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 58.389 - SP
(2018/0201496-4)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : VOITEL LTDA
ADVOGADOS : MARCOS PAULO PASSONI - SP173372
FREDERICO LUIZ ALAGO E OUTRO(S) - SP353841
RECORRIDO : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por VOITEL LTDA, com fundamento no art. 105, II, *b*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Narram os autos que a ora recorrente impetrou mandado de segurança contra suposto ato ilegal do SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, consubstanciado na cassação de sua licença para prestação de serviços.

A segurança foi denegada pelo Juízo de 1º Grau (fls. 401/406).

Contra essa sentença foi interposto recurso de apelação, o qual restou não provido pelo Tribunal de origem (fls. 459/469).

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 488/494).

Inconformada, a parte impetrante interpôs o presente recurso ordinário.

Contrarrazões às fls. 518/531.

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral da República FLÁVIO GIRON, opinou pelo não provimento do recurso ordinário (fls. 553/556).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Nos termos do art. 105, II, *b*, da Constituição Federal, compete a este Superior Tribunal julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais, tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão. Confira-se:

Superior Tribunal de Justiça

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

[...]

II - julgar, em recurso ordinário:

[...]

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

Sucedee que, como relatado, o subjacente mandado de segurança foi impetrado na Primeira Instância, tendo sido julgado pelo Tribunal de origem em grau de apelação, hipótese que não admite a interposição de recurso ordinário. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL. ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO ORDINÁRIO INCABÍVEL. ART. 105, II, "A", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. Constitui erro grosseiro interpor recurso ordinário, com fulcro no art. 105, inciso II, "a", da Constituição Federal, contra acórdão decidido pelo tribunal local em grau de apelação em mandado de segurança.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no RMS 36.009/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 12/03/2012)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA. INADMISSIBILIDADE DO APELO. CF, ART. 105, II, "B". ERRO GROSSEIRO CARACTERIZADO.

1. Inadmissível o recurso ordinário contra acórdão de Tribunal que, em grau de apelação, concede a segurança impetrada.

2. Configurado o erro grosseiro, não se conhece do recurso.

(RMS 12.564/MT, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJ 19/12/2003)

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso ordinário.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

